

MARX E A QUESTÃO AMBIENTAL: CAMINHOS E FRONTEIRAS

MARX Y LA CUESTIÓN AMBIENTAL: CAMINOS Y FRONTERAS

MARX AND THE ENVIRONMENTAL QUESTION: PATHS AND BOUNDARIES DOI:

<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i2.45034>

Yan Victor Leal da Silva¹

Warlen Nunes dos Santos²

Ana Paula Glinfskoi Thé³

Resumo: Este artigo busca investigar as contribuições e as implicações metodológicas de Marx e da tradição marxista para pensar a questão ambiental. Tratamos de indicar as aproximações entre a problemática ambiental e os textos de Marx. A partir desse apanhado, tentamos contestar as posições que identificamos como equivocadas. Por meio desse exercício, o artigo: i) identifica que as raízes da problemática de dominação da natureza não se resolvem apenas com uma preocupação epistemológica; ii) problematiza a noção de que para Marx haveria uma relação automática entre progresso econômico e social; iii) propõem uma reflexão que pretende equacionar: questão camponesa, tradição marxista e estudos socioambientais.

Palavras-chave: Capital. Homem. Natureza. Ecosocialismo. Educação Ambiental.

Resumen: Este artículo investiga las contribuciones y implicaciones metodológicas de Marx y de la tradición marxista para pensar la cuestión ambiental. Tratamos de indicar las aproximaciones entre la problemática ambiental y los textos de Marx. A partir de ese conjunto, intentamos contestar las posiciones que creemos equivocadas. Así, el artículo: i) identifica que las raíces del problema de la dominación de la naturaleza no se resuelven solamente con una preocupación epistemológica; ii) problematiza la noción de Marx que habría una relación automática entre progreso económico y social; iii) propone una reflexión que pretende unir: cuestión campesina, tradición marxista, estudios socioambientales.

Palabras clave: Capital. Hombre. Naturaleza. Ecosocialismo. Educación Ambiental.

Summary: This article seeks to investigate the contributions and methodological implications of Marx and the Marxist tradition on the environmental question. Therefore, we attempt to indicate the approximations between the environmental question and Marx's texts. Based on this junction, we attempted to contest the stances we identified as wrong. Thus, the article: i) identifies that the roots of domination of nature are not only resolved with an epistemological approach; ii) problematizes the notion that for Marx there is an automatic relationship between economic and social progress; iii) proposes a reflection that intends to equate: peasant question, Marxist tradition, socio-environmental studies.

Keywords: Capital. Man. Nature. Eco-Socialism. Environmental Education.

Introdução

A problemática ambiental vem recebendo atenção dos mais variados matizes teóricos. Esse debate ganha espaço não apenas nos recintos acadêmicos, mas em movimentos sociais do campo e da cidade, que incorporam a questão ambiental como parte da luta política atual (SVAMPA, 2012). Neste

texto⁴, não localizamos tais movimentos, tampouco tentaremos nos deter à relação dos partidos de esquerda com a questão ambiental. Interessa-nos assinalar notáveis contribuições da tradição marxista, explorando tais implicações partindo de Marx.

Dentro do debate ecológico de matriz marxista, os anos 1980 foi marcado pela revista de ecologia-socialista “Capitalism, Nature, Socialism: a journal of socialist ecology” (1988), projeto liderado por James O’Connor, no qual se destaca também Elmar Altvater (MARTINS-FONTES, 2017). O’Connor interpreta, à luz de Marx, que um dos elementos centrais para se compreender as contradições do capitalismo reside nas condições do seu processo produtivo. Para o sociólogo e economista, “os limites nas condições de produção ou condições naturais”, como, por exemplo, às “más colheitas” em razão de uma deficiência no solo, podem acarretar crises econômicas” (O’CONNOR, 1990, p.114-115, tradução nossa).

A contributiva obra *La ecología de Marx: materialismo y naturaleza* (2000), de John Bellamy Foster, é um convite a pensar o papel da natureza na obra marxiana. No capítulo V da referida obra, Bellamy Foster (2000) retoma a reflexão de Marx sobre o metabolismo entre ser humano e natureza que será rompido com o desenvolvimento do capital. A propriedade privada e a divisão social do trabalho pressupõem a expropriação camponesa. Esta constitui a base histórica da acumulação de capital que tem como consequência a separação do ser humano da natureza (meios de vida). A problemática ambiental sob esse ângulo pode ser compreendida em uma equação que une dois fatores inerentes ao desenvolvimento capitalista: “crise estrutural” (relativa à lógica interna do capitalismo), por um lado, e crise ambiental (consequência do “crescimento” irracional), por outro (Cf. MÉSZÁROS, 2009, p.79).

Muitos esforços teóricos vêm sendo realizados para discutir o colapso ambiental e seus efeitos catastróficos de ameaça à vida no planeta. Parte expressiva dos intelectuais preocupados com a questão é oriunda da ecologia, educação ambiental, agroecologia, antropologia e afins, compondo um *locus* teórico que, grosso modo, podemos chamar de Campo Ambiental (CARVALHO, 2001). Contudo, a preocupação dessa área parece possuir a tendência de discutir a problemática da dominação da natureza na perspectiva muito mais epistemológica do que no terreno da crítica da economia política, como exemplifica o trecho abaixo:

La agroecología critica al pensamiento científico: por un lado, desvelando el etnocentrismo sociocultural de las ciencias sociales como construcción histórica europea que centra su pesquisa en una única propuesta civilizatoria que excluye de su acervo conceptual a las demás. Y, por otro lado, pretendiendo modificarlo probando además la necesidad de complementar los hallazgos científicos agropecuarios y forestales con aquellas “prácticas campesinas e indígenas” que han mostrado su sustentabilidad histórica. Esta perspectiva pluriépistemológica de la agroecología posee pues una naturaliza dual, que en nuestro discurso, pensando en Latinoamérica, pretendemos completar mediante los contenidos históricos generados en las luchas sociales autóctonas contra la homogenización sociocultural de la Modernidad. (SEVILLA GUZMÁN, 2011, p. 12)

Assim, por mais relevante e necessária que seja a contribuição dessa área, partimos da hipótese de que tal perspectiva é frágil no que diz respeito a uma reflexão sobre a dominação da natureza que

busque uma investigação radical, isto é, que atinge a base do problema. Mais do que isso, propomos que não é exitosa uma reflexão que não leve em conta uma análise da obra de Marx.

A defesa⁵ de que a tradição marxista é incompatível com o debate ambiental do nosso século desconsidera um dado real e verificável: a relação entre capital e destruição ambiental. Como interpretou Loureiro (2007) ao se contrapor que a questão ambiental não teria um aporte teórico na tradição marxista, com o argumento de que Marx foi um escritor “economicista” e autor de uma teoria “fatorialista” da história é não ter compreendido o pressuposto teórico da dialética marxista e o método em Marx. A rigor, Marx não pode ser enquadrado em nenhuma ciência disciplinar ou mesmo no egoísmo racional que parece ser o espírito do nosso tempo (Cf. LOUREIRO, 2007, p.28-29).

A obra máxima de Marx, *O Capital*, não pode ser compreendida apenas como um livro de economia, e sim como uma obra que visa reproduzir no plano do pensamento as determinações específicas de um tipo de formação social, que no caso de Marx é a sociedade burguesa. Dessa forma, Marx objetiva compreender as formas de existência particular em sua articulação imanente, visando reproduzir a lógica específica de um objeto específico para reproduzir essas categorias como uma totalidade do real, isto é, um concreto de pensamento, embora não seja essa a interpretação dominante da obra máxima de Marx, como veremos sumariamente a seguir.

O prefácio do livro III de *O Capital*, feito por Engels, introduziu uma perspectiva historicista e linear no que tange à leitura da obra, principalmente na sua primeira seção *Mercadoria e Dinheiro*. Engels introduziu a noção de produção simples de mercadorias. De acordo com ele, Marx: “toma como ponto de partida a produção simples de mercadorias como seu pressuposto histórico⁶” e, por conseguinte, acrescenta: “a lei marxiana do valor tem validade geral, desde que as leis econômicas valham para todo o período da produção simples de mercadorias⁷”. Essa leitura de Engels dará margens às interpretações evolucionistas da Segunda Internacional, que entenderão a história das sociedades como uma sucessão linear de modos de produção, bem como a divisão dos capítulos de *O Capital*, de Marx, como modelos teóricos aplicados a diversas fases da evolução do modo de produção capitalista. Assim, o primeiro capítulo corresponderia ao modo de produção simples de mercadorias; os capítulos sobre a mais-valia, à uma sociedade dividida em classe e, os capítulos sobre jornada de trabalho e salário corresponderiam à luta de classes etc. São influenciados pela interpretação Engelsiana autores clássicos como Meek, Mandel e Sweezy (ARTHUR, 2016).

Outro registro importante — marcado por uma leitura estruturalista de Marx — buscou compreender *O Capital* como um texto “científico”, eliminando as dimensões específicas da obra. Nessa interpretação, Marx teria sido o fundador de uma nova concepção científica, o materialismo histórico, isto é, uma teoria geral da história aplicável aos distintos modos de produção, o que significa dizer que não são os homens que fazem a história, e sim as estruturas invariáveis, portanto, compete ao discurso científico marxiano explicitar essas estruturas. Os que reivindicam essa tradição partem da perspectiva de que existe um corte epistemológico na obra marxiana que coloca em contraposição os textos de juventude de Marx

com os textos de maturidade, que são, por excelência, científicos. São signatários dessa tradição os que partem da obra do filósofo francês L. Althusser⁸.

Como fica patente, existem diferentes leituras da obra de Marx que se desdobram em diferentes posições. Portanto, não se trata de uma tradição monolítica, mas de especificidades sócio-históricas e sistêmicas próprias das contradições do pensamento ocidental. Uma outra leitura de *O Capital* — que não iremos desenvolver aqui, dado os limites deste artigo — busca recuperar os elementos filosóficos contidos na obra. É, pois, uma abordagem que pretende compreender a crítica capitalista pelo prisma da exposição dialética. O capital, nessa perspectiva, pode ser entendido como o movimento sistemático (lógico) por meio do qual se constitui naquilo que é, autovalorização do valor (MÜLLER, 1983). Nessa perspectiva, como afirma Jadir Antunes, a dialética pretende: “mostrar e criticar, o absurdo metafísico da realidade moderna, o absurdo metafísico da mercadoria, do valor-de-troca e do valor” (ANTUNES, 2018, p. 45).

Estamos convencidos de que a problemática ambiental possui uma profunda relação com os aspectos destrutivos que o capitalismo assume hoje. E essa não é uma constatação nova. Embora a ecologia não ocupe lugar central na obra de Marx⁹, é indubitável que a crítica da economia política feita pelo próprio filósofo e por Engels ao capitalismo constitui pressuposto fundante de uma crítica ecológica radical (LÖWY, 2004). Portanto, o ecologismo que se limite a crítica ao consumo da sociedade moderna e aos estudos dos sistemas agroalimentares, que defenda a superação do dualismo natureza-cultura, sem considerar a crítica de Marx em obras como *O Capital*, pode cair no engodo de apenas corrigir os excessos do capitalismo (LÖWY, 2004).

Para apresentar a exposição que se segue, tratamos de, em um primeiro momento, indicar as aproximações entre a problemática ambiental e os textos de Marx. A partir desse apanhado, num segundo momento, propomos problematizar as posições que identificamos como equivocadas, tendo como fundamento a obra de Marx. Por meio desse exercício, tentaremos indicar se há ou não em Marx elementos a serem aprofundados para pensar a problemática ambiental.

O artigo focaliza dois pontos de debate. Primeiro, abordaremos a relação entre ser humano e natureza em Marx. Em seguida, cuidaremos da querela: desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais existentes. Por fim, trataremos de localizar o problema do campesinato estudado pela tradição marxista pela ótica da transformação social e quais suas implicações no momento em que esse sujeito emerge no campo socioambiental com uma relevância global para a manutenção dos sistemas agroalimentares. Sobre a nossa perspectiva, as questões colocadas pela separação do metabolismo entre ser humano e natureza não têm sua superação em uma sociedade regida pela forma mercadoria, tal questão pressupõem a superação da ordem existente, isto é, uma superação do capital.

Homem e Natureza em Marx

Eles, os animais, estão nos espaços que habitam e onde vivem e reproduzem o tempo individual de suas vidas e o tempo coletivo de suas espécies. Nós, os humanos, tomamos espaços do planeta que nos são dados e os transformamos para viver neles. Eles vivem nos espaços onde são criados; nós criamos espaços para neles vivermos.

Eles vivem onde habitam, naturalmente; nós habitamos culturalmente os espaços onde vivemos. (BRANDÃO, 2009, p. 2)

A condição humana é desde um primeiro momento desafiadora. O ser humano, enquanto um ser que depende dos meios de vida externos para sua perpetuação, necessita do enfrentamento da natureza a fim de garantir sua sobrevivência. Nesse sentido, a relação entre ser humano e natureza é algo inexorável¹⁰.

A transformação da natureza a partir da compreensão teleológica da ação humana data da origem do próprio ser humano. Quer dizer que, de alguma maneira, aquilo que é exterior ao ser humano deve ser processado para atender às demandas humanas. Ora, a exigência de transformação da natureza impõe ao ser humano a necessidade de criar espaços para abrigar-se, viver e reproduzir.

O homem é imediatamente ser natural. Como ser natural e como ser natural vivo está, em parte, dotado de forças naturais, de forças vitais, é um ser natural ativo; estas forças existem nele como disposição e capacidades, como instintos; em parte, como ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, é um ser que padece, condicionado e limitado, tal como tal o animal e a planta; isto é, os objetos de seus instintos existem exteriormente, como objetos independentes, entretanto, esses objetos são objetos de seu carecimento, objetos essenciais, imprescindíveis para a efetuação e confirmação de suas forças essenciais. (...) A fome é um carecimento natural; precisa, pois, uma natureza fora de si, um objeto fora de si, para satisfazer-se, para acalmar-se. (MARX, 1987, p. 206)

Podemos dizer que, para Marx, o homem nada pode engendrar a partir da natureza sem uma mediação. O ponto de partida para a compreensão da realidade produzida pelo ser humano exige uma atividade originariamente teleológica, na medida em que o ser humano possui a capacidade de metabolizar intencionalmente a natureza externa. A natureza externa que é o material onde se realiza o trabalho, onde o homem é ativo. A atividade consciente, própria do humano, traduz-se como trabalho. O trabalho é, assim, o liame entre natureza e homem. O ser humano produz sua vida material e espiritual sob o risco de fenececer. O trabalho é, então, o instrumento de efetivação do humano, o que estabelece a inexorabilidade da dominação da natureza em algum grau.

Marx e Engels abriram horizontes para se compreender o ser humano provindo da relação entre o mundo físico e a cultura humana (CANDIDO, 1997). Para ambos os autores, as sociedades humanas se caracterizam, inicialmente, pela natureza das necessidades de seus grupos e dos recursos que dispõem para satisfazê-las (CANDIDO, 1997). O que somos depende da natureza dos meios de existência já dados e a maneira como buscamos o equilíbrio entre necessidade e satisfação humana. Como afirmam os críticos do idealismo alemão:

A maneira pela qual os homens produzem os seus meios de existência depende, primeiramente, da natureza dos meios de existência já dados e que precisam ser reproduzidos. [...] A maneira pela qual os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente o que são. O que eles são coincide, portanto, com a sua produção, tanto com o que produzem quanto com a maneira pela qual o produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 1972, p. 67-68)

Marx efetivamente descobre uma nova dimensão da objetividade humana. O ser humano só se constitui enquanto ser pela interatividade. A interatividade e a sociabilidade são indissociáveis do ato de

produzir, isto é, do trabalho (VIEIRA, 2018). Em Marx, portanto, o trabalho tem uma determinação ontológica¹¹:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2013, p. 326-327)

Em termos práticos, essa concepção afasta-se daquelas que separam ou até mesmo opõem ser humano (cultura) e natureza — discussões estas relativas à proteção e à conservação ambiental (LOUREIRO, 2007). Além disso, trata-se de uma concepção que historiciza os processos sociais indicando que os problemas decorrentes dessa relação — ser humano e natureza — estão diretamente relacionados às formas de organizações sociais que se desenvolvem e não simplesmente à uma tendência humana em destruir o planeta (LOUREIRO, 2007). Recusando a dicotomia entre ser humano e natureza, presente no idealismo ou no materialismo mecânico, Marx abre janelas para se encarar essa questão à luz do desenvolvimento histórico e enquanto processo dialético:

Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente. (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87)

Mesmo em face da interpretação que trouxemos sobre a relação homem/natureza em Marx — para um certo ecologismo ingênuo — paira a interpretação de que em seu trabalho a natureza seria algo reduzido a objeto. Tal afirmação só seria possível se partíssemos de uma leitura dualista entre natureza e sociedade. Porém, a perspectiva de totalidade como categoria central do método em Marx, bem como as abordagens que adotam a dialética marxiana, não nos autoriza a levar a cabo tal proposição (Cf. LOUREIRO, 2007, p.42). Para Löwy, o que surpreende, nos escritos de Marx, é exatamente a evidente compreensão de ser humano como ser natural, inseparável da natureza, e da necessidade da erradicação da propriedade privada para a “realização da unidade essencial do homem com a natureza”, citando os Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844 de Marx (LÖWY, 2005, p. 24).

O que está em jogo, então, é que o modo de produção capitalista engendra os pressupostos de sua produção material. Diferente de formações sociais anteriores ao capitalismo (como o feudalismo) em que a natureza produz os pressupostos da produção, é o capitalismo que produz condições materiais a partir da alienação do ser humano da natureza. Como trataremos adiante: o desenvolvimento do capitalismo é um processo destrutivo que não conduz ao progresso social. Verificamos que o desenvolvimento das forças produtivas que pressupõem a articulação entre o trabalho, os objetos de trabalho e o processo de trabalho como articulação dessas duas determinações anteriores, na sociedade regida pela lógica do capital, não tem como finalidade última a produção de produtos para a satisfação das necessidades humanas, mas sim para a valorização do valor. Se em sociedades pré-capitalistas a produção

se destina fundamentalmente para a produção de valores de uso como afirma Marx, na sociedade capitalista a produção tem como escopo *valorizar o valor* de forma permanente — pois, para Marx, o capital é valor em processo de valorização.

Marx, progresso tecnológico e progresso social: Duas faces da mesma moeda?

A proposta teórica de intelectuais como Boaventura de Sousa Santos — sobretudo a proposta da “ecologia de saberes” — vem servindo de fundamento para movimentos sociais e ambientais do século XXI. A ecologia tem aspecto relevante na obra do intelectual português articulada com temas políticos como democracia, cidadania e emancipação. Contudo, como nos indica José Paulo Netto, existe uma diferença entre o Marx interpretado por Sousa Santos e o Marx real dos textos autógrafos (NETTO, 2004). Uma dessas diferenças é decisiva para análise que pretendemos fazer. Ao refletir sobre subjetividade e Marxismo, Sousa Santos afirma que:

O erro de Marx foi pensar que o capitalismo, por via do desenvolvimento tecnológico das forças produtivas, possibilitaria ou mesmo tornaria necessária a transição para o socialismo. Como se veio a verificar, o capitalismo não transita para nada senão para mais capitalismo. **A equação automática entre progresso tecnológico e progresso social desradicaliza a proposta emancipadora de Marx e torna-a de facto, perversamente gêmea da regulação capitalista.** (SANTOS, 1991, p. 145, grifos nossos)

Na contramão do que interpreta Santos (1991), sem nos deter aqui ao trecho “o capitalismo não transita para nada senão para mais capitalismo”, que como notou José Paulo Netto (2004) já era sabido pelo próprio Marx, nos interessa problematizar essa suposta equação automática entre “progresso tecnológico” e “progresso social”. Será que falta a Marx uma noção dos limites naturais das forças produtivas¹²?

Na superação, pois, desse entendimento que existe uma equação automática entre “progresso tecnológico” e “progresso social” que desradicaliza a proposta emancipatória de Marx, nos é pertinente sinalizar que Marx também compreendeu o caráter destrutivo das forças produtivas, interpretação essa ausente na crítica de Santos (Marx; Engels, 2007). Em passagem de *A ideologia Alemã*, o filósofo junto a Engels deixa claro que:

no desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição (maquinaria e dinheiro). (MARX; ENGELS, 2007, p. 41)

Embora a passagem citada da ideologia alemã coloque em contradição a interpretação de Santos (1991), não está claro, se para Marx nesse livro, o caráter destrutivo das forças produtivas (desenvolvido também por outros autores no campo do marxismo) seja em relação à natureza. Por seu método ser tido como materialista (expressão pouco utilizada pelo próprio Marx) temos o pressuposto de que a produção e a reprodução das sociedades humanas dependem da natureza, mesmo que em suas formulações não estejam explícitos os limites ecossistêmicos e energéticos do mundo natural (FOSTER, 2000).

Podemos acrescentar aqui outras passagens da obra de Marx que tocam nessa questão. Vejamos, por exemplo, esse trecho de *O Capital* onde se discute grande indústria e agricultura:

E todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. (MARX, 2013, p. 703)

Em que pese esse trecho do capítulo 13, tal fragmento nos parece indicar que a noção de progresso pode ser destrutiva para o trabalhador e o seu meio — no caso citado, a perda de fertilidade do solo. E mais que isso, o trecho de Marx mencionado acima relaciona o “saque do trabalhador” com o “saque do solo”. O que nos dá margem para pensar na possibilidade de integrar a luta contra a exploração dos trabalhadores com a luta contra a espoliação (e apropriação desigual) da natureza (LÖWY, 2004).

No capítulo 47 do Livro 3 d’*O Capital*, que compõem textos (alguns inacabados) sobre a renda da terra, Marx descreve, mais uma vez, a relação entre agricultura e a devastação dos solos, sendo que essa formulação é mais ampla compreendendo a relação entre indústria e agricultura, tematizando também a ruptura nos sistemas de trocas materiais entre sociedade e ambiente. Como descreve o excerto:

A indústria e a agricultura em grande escala, exploradas de modo industrial, atuam de forma conjunta. Se num primeiro momento elas se distinguem pelo fato de que a primeira devasta e destrói mais a força de trabalho e, com isso, a força natural do homem, ao passo que a segunda depreda mais diretamente a força natural da terra, posteriormente, no curso do desenvolvimento, ambas se dão as mãos, uma vez que o sistema industrial na zona rural também exaure os trabalhadores, enquanto a indústria e o comércio, por sua vez, fornecem à agricultura os meios para o esgotamento do solo. (MARX, 2017, p. 873)

A que porto nos levam as citações extraídas dos textos autógrafos de Marx? Que Marx e seu postulado sobre a renda fundiária teriam previsto à agroecologia? Certamente não. Porém, não nos parece, em uma leitura ainda que superficial desses trechos, que marxismo e ecologia estejam em rota de colisão.

Como interpreta Michael Löwy (2004), parece haver uma ruptura do metabolismo entre ser humano e a natureza, uma ruptura causada pelas contradições da produção capitalista. Partindo desse postulado, podemos tomar como expressão dessa ruptura o trato histórico que Marx dá à passagem que vai da manufatura à grande indústria, processo esse que implica na subordinação do trabalho ao capital (MARX, 2013). Ao demonstrar que a manufatura é uma forma de produção tipicamente capitalista, que emergiu subordinando o trabalho autônomo dos artesãos à oficina sob o comando do capitalista, esse processo de concentração do trabalho sob o comando de um único capitalista levou à perda do caráter autônomo do trabalho que, ao ser fixado como atividade parcial, permitiu a manufatura desenvolver a produtividade por meio do trabalho-coletivo e do aperfeiçoamento das ferramentas do trabalho (MARX, 2013).

Esse processo de especificação da força de trabalho em atividade parcial produz a ampliação da divisão social do trabalho no interior da própria manufatura, bem como aumenta a divisão social do trabalho na sociedade, demonstrando a relação recíproca entre processo social e processo técnico material da produção (MARX, 2013). A manufatura reúne as condições para o desenvolvimento da maquinaria e

grande indústria, pois a maquinaria não é se não as ferramentas de trabalho simples potencializadas, visando a diminuição do tempo de trabalho necessário e da reprodução da força de trabalho para o aumento do tempo de trabalho excedente, ou seja, do mais-valor (MARX, 2013).

Destacamos, ainda, que o capítulo 13 de *O Capital* não apresenta com otimismo o desenvolvimento da maquinaria. Não concordamos que Marx demonstre que o desenvolvimento da grande indústria levaria ao progresso social. Ao contrário, Marx inicia com uma crítica a John Stuart Mill defendendo que a finalidade do desenvolvimento da maquinaria é:

Como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela deve baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo, a fim de prolongar a outra parte de sua jornada, que ele dá gratuitamente para o capitalista. Ela é meio para a produção de mais-valor. (MARX, 2013, p. 548)

A defesa de que a teoria marxista combina progresso tecnológico e progresso social é desatenta a outras passagens em Marx em que há apontamentos dos efeitos nefastos do desenvolvimento das forças produtivas tanto para a vida humana como para o ambiente (LÖWY, 2005). A discussão, até aqui realizada, aponta para que a ruptura do metabolismo humano e a natureza deve ser investigada a partir da expropriação do ser humano de seus meios de vida.

O Problema do Campesinato e a Ecologia

No capítulo 24 de *O Capital*, intitulado "A assim chamada acumulação primitiva", Marx não o concebe sem antes criticar a abordagem de tal conceito descrita pela economia política clássica vista como relatos idílicos. O filósofo alemão enumera alguns fatores decisivos para o processo de acumulação: saque de terras da igreja, pilhagem da natureza, lei de cercamentos, colonização, e um que nos é muito caro: a expropriação camponesa (MARX, 2013). Trata-se, portanto de um processo violento que, na sua gênese, jorra "sangue e lama" (MARX, 2013, p. 1010).

O processo de acumulação para Marx, isto é, a gênese do capital, tem a expropriação dos trabalhadores rurais como um dos seus determinantes no processo de acumulação primitiva de capitais. A expropriação camponesa constitui a base de todo o processo de acumulação, na medida em que ela cria a relação capitalista fundante, que é a separação dos produtores diretos dos seus meios de produção (Cf. MARX, 2013, p.961-963). O surgimento do capitalismo implicou na separação do ser humano com a natureza, aprofundando e modificando a relação entre ser humano e meios de vida. No caso camponês e artesão, que não são os únicos em um processo de acumulação, temos a transformação de seus meios de vida principalmente em razão da "expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural" (MARX, 2013, p.963). Em outras palavras, o sujeito que trabalhava em sua terra, com suas ferramentas de trabalho, ao perdê-la em um processo extremamente violento passa a ser subordinado ao proprietário capitalista.

É notório no texto, como sugere Marx, que se trata da análise da Inglaterra, sobretudo, da transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Marx alerta que esse processo histórico assume: "tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em

sucessão diversa e em diferentes épocas históricas” (MARX, 2013, p. 963). O que não significa que o aprendizado desse texto não sirva para a análise da particularidade da formação social brasileira. No referido capítulo, além da historicidade, Marx aponta as tendências históricas do processo de acumulação, bem como apreende o movimento histórico imanente ao surgimento do capital, suas tendências de centralização de riquezas, destruição dos meios de vida e acumulação ampliada coexistindo com a crescente pauperização da população rural.

Na perspectiva de Marx, uma das tendências do processo de acumulação de capital é a expropriação camponesa e, portanto, a transformação da propriedade e dos meios de vida, bem como do camponês e do artesão em trabalhadores assalariados. Como nos indica o excerto:

A expropriação dos produtores diretos é consumada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais infames, abjetas e mesquinamente execráveis. A propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio, fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre. Tão logo esse processo de transformação tenha decomposto suficientemente, em profundidade e extensão, a velha sociedade; tão logo os trabalhadores se tenham convertido em proletários, e suas condições de trabalho em capital. (MARX, 2013, p. 1012)

Em oposição ao que propunha Marx ao demonstrar as tendências históricas imanentes ao processo de acumulação, no cenário hodierno o campesinato assume uma relevância global para a questão ambiental. Tratado pelos marxistas pela ótica da transformação social (SHANIN, 1980), esse sujeito histórico vem se tornando uma ‘pedra angular’ para o ecologismo do século XXI. Isso, em razão de possuir um modo de vida constituído em solidariedade com o ambiente natural, desempenhando um trabalho de socialização da natureza relevante para a manutenção e conservação dos sistemas ecológicos (TEIXEIRA *et al.*, 2018).

Uma extensa literatura marxista constitui a base das dimensões clássicas do estudo da Questão Agrária e da Questão Camponesa (ENGELS, 1981; KAUTSKY, 1968; MARX, 2011a). Trata-se de estudos que — identificando o movimento histórico dentro da ordem capitalista e as transformações sociais que daí derivam — indicaram a proletarização do campesinato e sua transformação em trabalhador assalariado como fruto de um processo histórico de desintegração da propriedade familiar, bem como da unidade produtiva camponesa. Processo este que nos diz como uma sociedade se transforma. Nesse sentido, é justamente por compreender o caráter histórico e determinado da sociedade capitalista e seu funcionamento que dimensões clássicas desse debate têm como horizonte a necessidade de sua transformação.

Uma das questões inerentes à relação entre campesinato e transformação social diz respeito à especificidade que o campesinato assume dentro da formação social brasileira. Estudos sobre o campesinato brasileiro demonstraram, inclusive, que a particularidade de nossa formação social conformou um campesinato que não pode ser compreendido como estamento, mas como classe (Cf. MARTINS, 1981, p. 15-16). Otávio Velho (1982), por exemplo, demarca uma diferença entre o camponês e o que poderíamos chamar de proletariado rural. Ao recuperar as discussões de Caio Prado Jr. sobre o

uso indiscriminado do termo camponês no Brasil, Velho interpreta que a questão pode ser problematizada da seguinte forma:

não em termos de uma oposição pura e simples entre camponeses e proletários, mas como um *continuum* entre dois casos limites entre os quais teriam de ser colocadas as situações em que parceiros, meeiros, arrendadores etc. que podem ser encontrados em nosso interior em graus diversos de autonomia de trabalho. (VELHO, 1982, p. 85)

A relação entre camponeses e proletários rurais reconstitui um debate histórico sobre as estratégias de sobrevivência do campesinato diante da expansão do capital. Quando o camponês passa a trocar seus excedentes produtivos no mercado, isso constitui uma troca absurdamente desigual (BARTRA, 2011, p. 24), pois esses excedentes são incorporados por um grupo dominante que os utiliza para assegurar seu nível de vida (WOLF, 1976). Por conseguinte, o campesinato encontra um dilema ao ter de aumentar a produção o que levaria, como resultado, ao aumento da jornada de trabalho, para além do trabalho que já realiza (trabalho necessário) (WOLF, 1976). Dessa maneira, sua inserção subordinada no mercado, por meio de intercâmbios desiguais, e o aumento da jornada de trabalho constituem a base de sua exploração, reveladas a partir de sua incorporação ao circuito de reprodução social do capital (BARTRA, 2011).

A questão do minifúndio do campesinato, isto é, seu pequeno pedaço de terra — que é a condição necessária para o trabalho familiar — encontra-se diretamente ligado aos dilemas da expropriação. No entendimento de Eric Wolf (1976), a apropriação dos excedentes produzidos pelas sociedades camponesas leva ao empobrecimento da dieta do camponês, ficando dependente das compras no mercado. Não muito distante de Eric Wolf, em *Os Parceiros do Rio Bonito*, Antonio Candido (1997), um dos pioneiros dos estudos rurais no Brasil, compreende que o desenvolvimento do capitalismo no campo modifica significativamente os meios de vida do “caipira”¹³, implicando na subordinação de seus excedentes produtivos aos grandes centros urbanos e inserção no circuito mercantil.

Insistimos que os problemas dos meios de vida notados por Antonio Candido (1997) e Eric Wolf (1996), um com enfoque na Paulistânia “caipira” e outro nas sociedades camponesas, consistem na questão da exploração camponesa no momento posterior à sua subordinação ao mercado por meio de intercâmbios desiguais (BARTRA, 2011). Antonio Candido aprofunda essa questão mostrando, concretamente, como ela modifica a vida do sujeito: essa mudança é percebida, fortemente, na expropriação do lazer “caipira” e das atividades de caça e coleta (que constituíam, também, o lazer) e que, além disso, formavam parte considerável da dieta “caipira”, a qual se modifica radicalmente com o mercado (CANDIDO, 1997).

Em perspectiva etnográfica, Carlos Rodrigues Brandão (1981), um dos primeiros antropólogos a fazer uma etnologia do pensamento camponês, demonstrou as mudanças na vida do lavrador de Mossâmedes, Goiás, operada pelo monopólio da terra:

A introdução muito recente de fertilizante e maquinário agrícola (facilitados ao proprietário pelo Goiás Rural) é vista pelo lavrador como em preço final, em uma trajetória de máximo aproveitamento das condições naturais de produção, com o preço

da destruição dos recursos ambientais anteriores e a perda conjunta de um equilíbrio de trocas entre ser humano e natureza. (BRANDÃO, 1981, p. 57)

Uma fuga para exploração camponesa pela sua inserção subordinada na reprodução social do capital foi elaborada por revolucionários como Lênin (2002) e teóricos marxistas como Kautsky (1968). Tais autores defendiam as cooperativas coletivistas, partindo do pressuposto de que a propriedade individual do camponês precisava ser coletivizada. Grosso modo, os autores defendiam posições ambíguas que tendiam à proletarização do campesinato, embora, em alguns casos, acabavam demonstrando o contrário: a persistência do campesinato por meio de fatores como a “ocupação acessória”, hoje chamada de pluriatividade (KAUTSKY, 1968).

A perspectiva das cooperativas coletivistas chegou a se concretizar em uma estratégia política no Brasil, colocado em prática pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a partir de 1986 (MST, 1986). A referência que define essa perspectiva, na nossa avaliação, pode ser verificada no excerto extraído da análise que Engels (1981) faz do programa agrário dos partidos da França e da Alemanha:

Quando efetivamente tomarmos posse do estado, não poderemos pensar em expropriar violentamente os camponeses como seremos a fazer com os grandes proprietários de terra. Nossa missão em relação ao pequeno camponês consistirá, antes de mais nada, em canalizar sua produção individual e sua propriedade privada para um regime cooperativo, e não pela força, senão pelo exemplo, e proporcionalmente auxílio social com esta finalidade. [...] E nós estamos definitivamente do lado do pequeno camponês; faremos tudo quanto pudermos para tornar sua carga mais leve, para facilitar sua passagem para o regime cooperativo, no caso de se decidir por ele, e inclusive conceder-lhe um prazo mais longo para pensar em casa, se ainda não se resolveu a tomar essa decisão. (ENGELS, 1981, p. 73 e 75)

Dentro do leque de questões suscitadas por esse debate, é pertinente sinalizar que as cooperativas coletivistas são uma das estratégias de sobrevivência do campesinato à expansão do capital. Porém, outros autores buscaram essa saída apontando a diferenciação social do campesinato. Chayanov (1981), talvez tenha sido um dos primeiros autores a compreender a economia familiar camponesa como sistema econômico não-capitalista. O economista recupera, sobretudo, a racionalidade camponesa abrindo janelas à pertinência da cultura e de abordagens para além da economia formal.

Teodor Shanin (1980), influenciado por Chayanov (1981), aponta para as diferentes disputas que gravitam em torno da categoria social de camponês. Em face do processo de transformação dos meios de vida, inserção subordinada no mercado por meio de trocas desiguais e ampliação da jornada de trabalho familiar agropastoril, que levariam a uma possível proletarianização, Teodor Shanin (1980), problematizando as formulações de Lênin, defende a questão da diferenciação camponesa:

Os camponeses nessas circunstâncias nem desapareceram completamente, nem permaneceram estruturalmente como antes, nem se tornaram proletários rurais nos termos da teoria clássica do capitalismo. [...] Eles persistem, ao mesmo tempo que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. (SHANIN, 1980, p. 57-58)

No Brasil, o trabalho de Afrânio Garcia Jr. (1989) demonstrou que os deslocamentos entre campo e cidade, além de parte formadora do campesinato brasileiro, constitui fator de sua reprodução social. Ao pesquisar o caminho dos trabalhadores do Brejo do Agreste da Paraíba para o sul do Brasil,

Garcia Jr. (1989) explica como os deslocamentos e as migrações compreendem fatores de reprodução da vida camponesa, pois podem criar condições para a família que fica. A perspectiva de Afrânio Garcia (1989) modifica o olhar sobre a relação do camponês com a cidade, evitando romantizá-la e compreendendo tal processo como uma via de mão dupla.

É, pois, um movimento entre espaços-tempos que, na particularidade do estudo de Garcia Jr. (1989), indica os deslocamentos como fator de recampesinação. O autor assinala que:

Tentaremos mostrar que se trata de um simples “pré-conceito” conceber campesinato e mercado de trabalho industrial como noções necessariamente em posição de mútua exclusão, pois, para que um exista o outro teria de deixar de existir, ou acreditar que ambos estão ordenados numa sequência evolutiva - o segundo seria um passo adiante na história em relação ao primeiro. (GARCIA Jr., 1989, p. 17-18)

Garcia Jr. questiona a perspectiva de que a expropriação camponesa, isto é, a saída do campesinato do campo, seria um fim em si mesmo. As trajetórias individuais e familiares que o sociólogo analisa revelam a existência de sujeitos que “conquistaram e reproduziram a condição camponesa graças a uma passagem temporária pelo mercado de trabalho industrial” (GARCIA Jr., 1989, p. 12-13).

O mote da discussão de Garcia Jr. (1989) consiste no questionamento de os diversos efeitos que os deslocamentos do lugar de origem geram para o campesinato, efeitos que se projetam para os que partem para cidade e para a família que fica na zona rural. A coexistência contraditória do campesinato com o mercado industrial significa, talvez, o fator chave da análise de Garcia Jr (1989). Dizer que o mercado industrial transformou a reprodução social do campesinato, não transformando o camponês em proletário, mas possibilitando a reprodução de sua condição, parece-nos uma resposta original de Garcia Jr. ao problema do campesinato.

Dentro do esforço deste artigo, indicamos que a relação entre campesinato e a ecologia — como notou Henri Mendras (1978), é um dos fatores de definição das sociedades camponesas — seria pouco exitosa indicando a relação de equilíbrio com o ambiente natural, partindo apenas das microrrelações sem relacioná-las às estruturas sociais. Entendemos que a expropriação do trabalho e a subordinação do campesinato, terra e meios de vida como parte das contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista seguem sendo o grande impasse da Questão Camponesa (FERNANDES, 2013).

Embora possa parecer que desviamos da discussão ecológica, a relação entre a questão camponesa e o debate ambiental em Marx é uma chave para a leitura que propomos. A difícil relação entre a permanência do campesinato e as diversas formas que ele assume no mundo rural brasileiro constitui um desafio, ou mesmo uma “pedra” no sapato daqueles que profetizaram seu fim.

Quanto ao fato de o campesinato constituir a base de um discurso ecológico calcado em uma relação de equilíbrio com o ambiente natural, podemos encontrar um registro próximo dessa compreensão em Löwy (2004): “é pena que nem Marx nem Engels tenham desenvolvido esta intuição fundada na ideia de que as comunidades pré-capitalistas viviam espontaneamente em harmonia com o seu meio natural, e que a tarefa do socialismo é restabelecer esta harmonia sobre novas bases” (LÖWY, 2004, p. 99). Não estamos muito certos dessa afirmação de Löwy (2004). Ao menos se considerarmos todo o

debate de Marx com os populistas russos sobre a possibilidade de transição dos sistemas comunais para outro modo de produção e existência, processo que não necessariamente deveria passar pelas transformações desses sistemas em sistemas capitalistas (SHANIN, 2017; MARTINS-FONTES, 2017; MARX, 2015).

Considerações Finais

Não temos dúvidas de que falta na obra de Marx uma perspectiva ecológica de conjunto. Contudo, a aproximação entre questão ambiental e marxismo não só é fecunda como também se faz necessária. O artigo demonstrou alguns pontos de fricção significativos, bem como apontou autores relevantes com contribuições notáveis.

O desenvolvimento do capitalismo hoje confirma mais do que outrora que a produção material se afastou dos objetivos humanos, sejam eles materiais ou espirituais. O desenvolvimento do capitalismo em sua fase mundializada coloca a produção material não a serviço das necessidades humanas, mas para atender às necessidades do próprio capital. Trata-se, portanto, de uma articulação entre: “crise estrutural” (relativa à lógica interna do capitalismo) e crise ambiental (consequência do “crescimento” irracional) (MÉSZÁROS, 2009).

A dialética entre as relações sociais de produção e forças produtivas constitui uma equação central na crítica da economia política marxiana. Por meio dessas categorias (que, em Marx, são formas de existência — ou formas de ser) (Cf. MARX, 2008), podemos entender que para produzir a existência material os homens entram em determinadas relações de produção que são sócio-historicamente construídas, e estas, em última instância, estão determinadas pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas (MARX, 2008, p.47).

Em um nível abstrato de análise, as relações de produção correspondem às relações que os homens estabelecem entre si, isto é, são a forma social específica que os homens estabelecem para se apropriar da natureza, já as “forças produtivas atua [sic] somente sobre o conteúdo da riqueza, não sobre sua forma” (MARX, 2011b, p.416). Neste sentido, as forças produtivas são o conteúdo material da riqueza. Dessa maneira, as forças produtivas como Marx nos adverte em *O Capital*, pressupõem “atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios” (MARX, 2013, p.328). Em suma, são as relações de produção que permitem aos homens se apropriarem das forças produtivas em um determinado período específico enquanto as forças produtivas nos dão o grau de desenvolvimento técnico material das relações de produção (MARX, 2013).

Na forma capitalista, as forças produtivas ao mesmo tempo em que representam um “progresso tecnológico” que pode permitir em potência o desenvolvimento humano, paradoxalmente, em função das relações sociais capitalistas, acaba se convertendo em entrave ao progresso social, transformando-se em forças de destruição. Tal postulado pode ser verificado na crise do capital que de tempos em tempos reduz a sociedade a um estado de momentânea barbárie.

O argumento do presente artigo não concorda que em Marx exista uma equação automática entre progresso tecnológico e progresso social. Nesse sentido, realizamos um esforço de situar a incompatibilidade de afirmações desta natureza com os textos autógrafos de Marx.

A relação entre sociedades camponesas e ecologia faz parte de um amplo debate nos estudos rurais que indicaram a importância dessas sociedades para os ecossistemas globais. Trata-se de populações diretamente afetadas pela dinâmica do capital, que passam por um processo de expropriação permanente

de suas condições de vida. O ponto que sinalizamos é que a relação entre campesinato e questão ambiental possui uma possibilidade de articulação com a tradição marxista. Um elemento de particularidade a ser pensado com a totalidade que toca a obra marxiana.

Ademais, o capital possui uma capacidade incrível de neutralizar questões particulares exatamente naquilo que elas parecem ser mais radicais. As estratégias que se valem de um discurso ambientalista para sabiamente vender alternativas que são facilmente assimiláveis pela lógica capitalista podem até parecer subversivas, mas se aproximam de uma transgressão resignada. A falácia do desenvolvimento sustentável, que visa o equilíbrio ecológico sem tocar nas questões estruturais é incompatível com o pensamento de Marx. Dessa forma, para além das pífias propostas do adestramento ambiental — como, por exemplo, plante uma árvore — é preciso não cair no engodo de que mudando o comportamento individual se modifica o sistema.

Os textos de Marx não só convidam o campo ambiental a discutir temas ontológicos, como pressupõem uma crítica radical para o fim da civilização capitalista. Seus coveiros estão ansiosos! E como esse fim — ao menos, se levarmos em conta esse início de milênio — não será um “banquete”, é desafiador considerar a questão ecológica para o marxismo no século XXI. Passando, sobretudo, por seus pontos mais contraditórios: o caráter destrutivo da produção capitalista.

O livro *O campo e a Cidade*, do historiador marxista Raymond Williams, nos serve de inspiração para uma análise de como se transformam leis, códigos e costumes do mundo silvestre ligados aos campos de caça, à lavoura e tudo que significou os terríveis cercamentos da Inglaterra e da Europa Continental. Talvez, tenhamos aí a descrição de símbolos literários, mas também de mudanças tanto políticas quanto econômicas, articuladas com a particularidade das visões, gostos e sentidos em que o mundo da natureza é revisitado pelo ser humano sem desconsiderar divergências e conflitos. E para essa empreitada, a obra de Marx é companheira sem a qual não conseguiremos mudar e transformar o mundo, para além da sua fraseologia!

Agradecimentos

A pesquisa de que resultou este artigo não seria possível sem o apoio institucional da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG. Agradecemos ao Professor Andreelino Ferreira dos Santos Filhos pelos apontamentos em *A Ideologia Alemã* e pelas contributivas reflexões propiciadas no expediente formal do grupo de Filosofia e Ciência Política (UEMG/ 2014), reflexões das quais derivaram esse artigo.

Referências:

- ANTUNES, Jadir. **Marx e o Fetiche da Mercadoria**: Contribuição a crítica da Metafísica. Jundiaí - SP: Paco, 2018.
- ARTHUR, Christopher, J. **A nova dialética e o capital de Marx**. São Paulo: Edipro, 2016.
- BARTRA, Armando. Os camponeses em questão. *In*: _____. **Os camponeses**: leituras a partir de um México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, p. 65-114, 2011.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A mata e a roça: a ideologia nas relações entre o produtor de alimentos e as condições naturais da produção. *In*: _____. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal. p. 45-65, 1981.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Viver um tempo, habitar um espaço: a visita de um antropólogo à geografia. *In*: _____. **“No rancho fundo”. Espaços e tempos no mundo rural**. Uberlândia/MG: EDUFU, 2009. p. 2-19. Disponível em: https://apartilhadavida.com.br/outros-escritos/?d=L0FOVJPU9MT0dJQS9NVU5ETyBDQU1QT07DiM%3D&m1dll_index_get=0. Acesso em: 13 jun. 2021.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 8ª.ed. São Paulo: Ed.34, 1997.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção do sujeito ecológico**: sentidos e trajetórias e educação ambiental. 2001. 349 f. Orientador: Nadja Hermann. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3336/000291796.pdf?sequence=1&locale=en>. Acesso em: 13jun. 2021.
- CHAYANOV, Aleksandr. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. *In*: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Org.). **A Questão Agrária: Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanoy e Stalin**. São Paulo: Ed. Brasiliense. p. 133-63, 1981.
- ENGELS, Friedrich. O Problema Camponês na França e na Alemanha. *In*: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Org.). **A Questão Agrária: Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanoy e Stalin**. São Paulo: Ed. Brasiliense p. 59-80, 1981.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil 7**. 7ed. São Paulo: v. 7, p. 173-238, 2013.
- FOSTER, John Bellamy. **La ecología de Marx**: materialismo y naturaleza. Mataró (Catalunha): El Viejo Topo, 2000.
- GARCIA Jr, Afrânio. Introdução: mercado de trabalho e campesinato. *In*: _____. **O sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da UnB, p. 11-58, 1989.
- KAUTSKY, Karl. O camponês e a indústria; A proletarização do campesinato. *In*: _____. **A Questão Agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, p. 182-211, 1968.

- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Pensamento crítico, tradição marxista e a questão ambiental: ampliando os debates. *In: _____*. **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, p. 13-68, 2007.
- LÖWY, Michael. Marx, Engels e a ecologia. *In: revista Margem Esquerda – Dossiê: 40 anos do golpe de 64*. São Paulo: Boitempo, n.3, p. 90-103. 2004.
- LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, Coleção questões de nossa época; v. 125. 2005.
- MARTINS, José de Souza. Capítulo I: Os camponeses e a política no Brasil. *In: _____*. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, p. 21-102, 1981.
- MARTINS-FONTES, Yuri. Relatório Final de Pesquisa de Pós-Doutorado/ 2015-2017 [produção textual e demais atividades: publicação, extensão e eventos]. **Marxismo e Saberes Originários: das afinidades entre os outros saberes e a concepção dialética da história**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2017. 141p. Relatório.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. As condições das transformações históricas. *In: Octavio Ianni (Org.)*. **Teorias de Estratificação Social: leituras de sociologia**. São Paulo: Editora Nacional, Série 2, v.42, p. 67-83. 1972.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Karl Marx Friedrich Engels – Feuerbach e História: Rascunhos e Anotações. *In: _____*. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo editorial, p. 29-78. 2007.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos- filosóficos e outros textos escolhidos**. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MARX, K. Prefácio. *In: _____*. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.45-50.
- MARX, Karl. Capítulo VII. *In: _____*. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, p. 137-154, 2011a.
- MAR, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011b.
- MARX, Karl. O processo de trabalho e o processo de valorização. *In: _____*. **O capital: contribuição à crítica da economia política – Livro 1: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, p. 326-352. 2013.
- MARX, Karl. Maquinaria e Grande Indústria – Grande Indústria e Agricultura. *In: _____*. **O capital: contribuição à crítica da economia política – Livro 1: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, p. 548-703. 2013.
- MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. *In: _____*. **O capital: contribuição à crítica da economia política – Livro 1: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, p. 959-1014. 2013.
- MARX, Karl. El porvenir de la comuna rural rusa. *In: _____*. **Escritos sobre la comunidad ancestral**. La Paz: Fondo Editorial Asamblea Legislativa Plurinacional, p. 167-228, 2015.
- MARX, Karl. Capítulo 47 - Gênese da renda fundiária capitalista. *In: _____*. **O capital: contribuição à crítica da economia política – Livro 3: O processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, p. 843-873. 2017.
- MENDRAS, Henri. Capítulo 1: Ecologia. *In: _____*. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. p. 19-42, 1978.
- MÉSZÁROS, István. Capitalismo y destrucción ecológica. *In: _____*. **La crisis estructural del capital**. Caracas: Ministerio del Poder Popular para La Comunicación, p. 79-83, 2009.

- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Caderno de Formação nº 11.** Elementos sobre a teoria da Organização no Campo. Clodomir Santos de Moraes. 1986. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotlt&pagfis=3330>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- MÜLLER, Marcos Lutz. Exposição e método dialético em “O Capital”. **Boletim Seaf**, Belo Horizonte, v. 2, p. 17-41, 1982. Disponível em: <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2015/09/muller-exposic3a7c3a3o-e-mc3a9todo-dialc3a9tico-em-marx.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- NETTO, José Paulo. De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos. *In: _____*. **Marxismo impenitente – contribuição à história das ideias marxistas**. São Paulo: Cortez Editora, p. 223-241, 2004.
- O'CONNOR, James. Las condiciones de producción: Por um marxismo ecológico, uma introdução teórica. *In: ALIER, Juan Martínez; O'CONNOR, James (Org.)*. **Ecología Política**. Barcelona: Fuhem, Icaria, p. 113-130, 1990.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Subjetividade, Cidadania e Emancipação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 32, p. 135-191, 1991. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/32/Boaventura%20de%20Sousa%20Santos%20-%20Subjectividade,%20Cidadania%20e%20Emancipacao.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario**. La Paz - Bolivia: Plural editores, 2011.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações. **Estudos CEBRAP**, Rio de Janeiro: Vozes, n. 26, p. 41-80, 1980. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- SHANIN, Teodor. O último Marx: Deuses e Artesãos. *In: _____*. **Marx tardio e a via Russa: Marx e as periferias do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, p. 23-73, 2017.
- SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en La América Latina. *In: Movimientos Socioambientales en América Latina*. Buenos Aires: OSAL – Observatorio Social de América Latina. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso, Año XIII, nº 32. p. 15-38, 2012.
- TEIXEIRA, Heitor Mancini; VERMUE, Ardjan J.; CARDOSO, Irene Maria; PEÑA CLAROS, Marielos; BIANCHI, Felix J.J. A. Farmers show complex and contrasting perceptions on ecosystem services and their management. **Ecosystem services**, v.33, p. 44-58, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S221204161830175X>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- VELHO, Otávio Guilherme. **Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- VIEIRA, Zaira Rodrigues. Introdução e Características Gerais do Trabalho. *In: _____*. **Trabalho e Emancipação Humana em Marx - os Grundrisse**. 1. ed. Campinas: Papel Social, p. 5-36. 2018.
- WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

Notas

¹ Mestre em Extensão rural (UFV). Biólogo, Licenciado em Ciências Biológicas – UEMG – Unidade Ibitaré. Pesquisador, bolsista FAPEMIG de doutorado pelo PPGDS/ Unimontes (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social).. Membro do Laboratório de Educação Ambiental e Ecologia Humana/ Unimontes. Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8045681148295030>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5768-1287>. E-mail: yanvicctor@gmail.com

² Graduado em Filosofia pela PUC-Minas. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia Fafich-UFMG, na linha de pesquisa: Ética e Filosofia Política. É educador popular do NEP 13 de maio. Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5826331227943234> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9995-5525> E-mail: nunes.warley@gmail.com

³ Doutora em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora Adjunta da Universidade Estadual de Montes Claros no Departamento de Biologia Geral. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS – UNIMONTES). Coordenadora do Laboratório de Educação Ambiental e Ecologia Humana/ Unimontes. Plataforma Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1387741113850351>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0020-5930> E-mail: anapgthe@gmail.com

⁴ Este artigo está baseado em pesquisa bibliográfica sobre o tema, para a construção da tese de doutorado e conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

⁵ Neste artigo não temos o objetivo de realizar um apanhado das diferentes formulações teórico-políticas subjacentes aos diferentes campos do conhecimento que se debruçam sobre a Questão Ambiental, sendo notavelmente algumas delas: ambientalismo, ecologia política, ecologia humana, antropologia ecológica, etnoecologia, educação ambiental, ecossocialismo e afins. A revisão bibliográfica realizada nos indica que esses campos do conhecimento possuem uma crítica ao capitalismo, mas há uma ausência de uma crítica que derive e considere a atualidade da Teoria Marxista do Valor. Mesmo naqueles autores que incorporam às contribuições dessa teoria, como é o caso de Enrique Leff (2006), em sua obra: *Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza* (mesmo reconhecendo a relevância dessa teoria para a análise do capitalismo) recupera-se conceitos, como, por exemplo, trabalho socialmente necessário para em seguida criticá-los, interpretando que tais conceitos estariam superados para explicar o capitalismo em sua fase atual. Em face dessa querela, assim como Loureiro (2007, p.43-45), interpretamos este postulado de Leff (2006) como insuficiente.

⁶ Marx: *O Capital*, Volume III, Prefácio de Engels, p. 51.

⁷ Marx: *O Capital*, Volume III, Prefácio e suplemento de Engels, p. 1159.

⁸ ALTHUSSER, L. Por Marx. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.

⁹ Não temos a pretensão de discutir aqui os diferentes significados dos termos *ecologia* e *ecologismo*. É importante ressaltar que tais definições guardam diferentes correntes e posições. O termo ecologia é de origem recente, tendo sido proposto primeiro pelo biólogo alemão Ernst Haeckel (1869). Porém, o termo surge como um campo distinto e reconhecido dentro da ciência a partir de 1900, ou seja, aproximadamente 17 anos após o falecimento de Karl Marx. A ecologia passa a ser utilizada em resposta aos aspectos destrutivos da produção capitalista a partir da segunda metade do século XX (Cf. Odum, 1986, p. 1-2).

¹⁰ A reflexão que apresentamos foi nos possibilitada graças ao pesquisador Prof. Dr. Andreino Ferreira dos Santos Filho, que nos disponibilizou o projeto: A importância da noção de organismo em Hans Jonas para a fundamentação ética da educação ambiental. Projeto de Pesquisa submetido ao edital 06/2019 PaPq/ UEMG. 2019. 15p. Não publicado.

¹¹ Quem desenvolve a análise do trabalho como aspecto central para a constituição do ser social é Lukács, como podemos notar nesta passagem de *Para Uma Ontologia do Ser Social*: “Falaremos amplamente do significado ontológico da teleologia do trabalho no capítulo respectivo da segunda parte deste livro. O que importa aqui é apenas fixar, em seus traços mais gerais, o ponto de partida da ontologia marxiana do ser social”. (LUKACS, 2012, p.286).

¹² Por limites naturais compreendemos as contradições da produção capitalista que faz com que ela seja destrutiva. Esse paradoxo pode ser expresso por meio da seguinte equação: quanto mais efetivo é a produção do moderno e hegemônico modelo de desenvolvimento urbano e industrial capitalista, proporcionalmente mais se intensifica a dilapidação dos meios de reprodução, no caso em questão a dilapidação do ambiente natural. E, por consequência, os sinais de esgotamento e falência se expressam na degradação dos ecossistemas em todo o planeta.

¹³ Uso do termo refere-se à categoria discutida por Antônio Candido no seu estudo sobre a sociedade caipira na obra “Os Parceiros do Rio Bonito” (1964).

Recebido em: 14 de junho de 2021

Aprovado em: 10 de setembro de 2021